



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2014.0000102060

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0021675-79.2011.8.26.0019, da Comarca de Americana, em que é apelante MICHEL SYLVESTRE, é apelado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em 1ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao apelo para absolver o apelante Michel Sylvestre de ambas as imputações do artigo 147 do Código Penal, nos termos do artigo 386, inciso III do Código de Processo Penal. v.u.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MÁRCIO BARTOLI (Presidente), MÁRIO DEVIENNE FERRAZ E IVO DE ALMEIDA.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2014.

MÁRCIO BARTOLI

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apelação criminal nº 0021675-

79.2011.8.26.0019

Americana

Apelante: Michel Sylvestre

Voto nº 30.804

1. **Michel Sylvestre** foi condenado, como incurso por duas vezes no **artigo 147 do Código Penal**, à pena de **um mês e dez dias de detenção**, em regime inicial **aberto** (fls. 189/195). Apela a defesa, alegando, **preliminarmente**, a nulidade da sentença condenatória, vez que, sendo possível a suspensão condicional do processo em relação a uma das imputações de ameaça, este direito lhe teria sido negado de forma injustificada. No mérito, sustenta que o conjunto probatório é insuficiente para a condenação, aduzindo, alternativamente, que sua conduta não se ajustaria ao tipo penal que lhe fora imputado por não se revestirem as ameaças proferidas da seriedade necessária (fls. 217/230).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

O recurso foi processado regularmente. O representante do Ministério Público apresentou contrarrazões, pela manutenção da sentença originária (fls. 232/233). Manifesta-se a Procuradoria-Geral de Justiça pelo **desprovimento** por meio do parecer de fls. 239/243.

2. Deixa-se de apreciar as preliminares aduzidas, por ser a decisão meritória mais benéfica ao réu.

3. Relata a inicial acusatória que, nas condições de tempo e local ali descritas, **Michel Sylvestre** ameaçou a ex-esposa *Izabel Maria de Souza Sylvestre* e seu namorado *Fabio Fernando Arroio Sanches* de lhes causar mal injusto e grave.

Consta que o denunciado, inconformado com a separação do casal, que ocorrera quatro meses antes, passou a dirigir a *Izabel*, bem como a seu novo namorado, *Fabio*, ameaças de morte.

Consta que as ameaças às vítimas são constantes e feitas, principalmente, por meio de telefonemas (celular e aparelho fixo) e pela internet (rede social), conforme comprovam os documentos e petrechos com gravações juntadas aos autos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Consta que, na ocasião dos fatos, as vítimas estavam em casa e avistaram o denunciado transitando com seu veículo, acompanhado de outro com mais dois indivíduos desconhecidos, sendo a presença do denunciado, diante das circunstâncias e por conta das promessas de morte proferidas contra o casal, interpretada como ameaçadora, razão pela qual ambos conseguiram ir à base da Polícia Rodoviária para obter proteção.

Consta que, apesar de rompida a convivência marital entre o casal, a ameaça foi praticada pelo denunciado nas proximidades da casa de *Izabel* e aquele se prevaleceu de relações domésticas e de coabitação, inclusive com violência contra a mulher.

Por esta razão, *Izabel* e *Fabio* representaram à autoridade policial contra o acusado.

4. É caso de se dar provimento ao apelo para absolver Michel de ambas as imputações de ameaça, pela atipicidade de sua conduta.

Embora as vítimas *Izabel* e *Fabio* sejam coerentes em suas narrativas, afirmando que na data mencionada o acusado **Michel** teria, em contexto de tráfego de



veículos, lhes feito gesto ameaçador, como se apertasse o gatilho de uma pistola imaginária, verifica-se que a referida ameaça não apresentou a potencialidade lesiva necessária à configuração do delito do artigo 147 do Código Penal.

Verifica-se dos autos que *Izabel* e **Michel** foram casados por longo período, possuindo uma filha oriunda desse relacionamento.

Separando-se o casal, todavia, e terminado o relacionamento, *Izabel* e seu novo namorado, *Fabio*, passaram a entender que **Michel**, por ciúme, passara a persegui-los – narrando *Fabio* que o acusado passava frequentemente na rua de casa, com o fim de lhe intimidar; e afirmando *Izabel*, por sua vez, que **Michel** passara a fazer postagens depreciativas, em redes sociais que ambos utilizavam, destinadas a rebaixa-la, afirmando que se tratava de pessoa interesseira, ou fazendo referência à vida íntima pregressa do casal (mídia anexa, fls. 185).

Neste contexto, *Fabio* e *Izabel* afirmam que teriam sido perseguidos por **Michel** no trânsito, ocasião em que ele lhes teria dirigido o gesto ameaçador relatado, como se apertasse o gatilho de uma pistola ou revólver imaginário



(mídia anexa, fls. 185).

Aduz-se dos autos, contudo, que, embora as vítimas sejam firmes em apontar que o autor de fato teria lhes ameaçado gravemente, causando-lhes medo, as ameaças realizadas por **Michel** não tiveram a capacidade de vulnerar, ainda que minimamente, o estado psicológico ou psíquico das vítimas, ou de impingir-lhes, efetivamente, qualquer gradação de medo.

Com efeito, *Ismael* e *Daniela*, testemunhas de defesa, afirmam ambos que *Izabel* procurava **Michel** com frequência, seja pessoalmente, seja através de telefonemas, para ou saber como o apelante estaria, ou para inquirir-lhe acerca de pensão alimentícia que devia à filha do casal (mídia anexa, fls. 185).

Ismael chega a afirmar em seu depoimento judicial que – mesmo na vigência de medida protetiva que determinava o afastamento de **Michel** em relação a *Izabel* – a suposta vítima teria procurado o apelante em sua residência, tendo **Michel** registrado Boletim de Ocorrência do acontecido para se resguardar de eventuais consequências penais (documento acostado a fls. 41/42).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Da mesma forma, a testemunha *Daniela* confirma em juízo que, tendo sido a prisão preventiva de **Michel** revogada, *Izabel* comparecera no mesmo dia à residência de sua família, buscando conversar com o apelante para saber como ele estaria.

Os históricos de conversa eletrônica entre réu e vítima juntados aos autos (fls. 173/184) confirmam, ademais, que *Izabel* por vezes procurava por **Michel**, e que ambos conversavam naturalmente, apesar da existência de constantes pontos de controvérsia e atrito, principalmente no tocante à pensão alimentícia devida por **Michel** à filha do casal.

Assim, apesar de obviamente existir conflituosidade latente entre réu e vítima, não restou demonstrado que as ameaças ou indiretas proferidas por **Michel** tenham efetivamente se prestado a vulnerar, em qualquer grau, o estado mental da vítima. Restou provado, ademais, que – mesmo requerendo medidas protetivas de afastamento – *Izabel* ainda assim procurava o apelante **Michel**, tudo a indicar que não se sentia de qualquer forma ameaçada por seus gestos.

Os *print screens* de redes sociais juntados



aos autos (fls. 52/102), ademais, evidenciam que todo o suposto 'contexto ameaçador' das postagens de **Michel** direcionadas à vítima na internet não passavam – como admite a própria *Izabel* em juízo – de **indiretas** que tratavam das desavenças existentes entre o findo casal, sem que existisse ali, efetivamente, qualquer ameaça penalmente relevante.

5. A justificar a necessidade de efetiva vulneração da tranquilidade da vítima para a adequada tipificação do referido inculpado no artigo 147 do Código Penal, leia-se a doutrina de **Cezar Roberto Bitencourt**: *“Medo é um sentimento cuja valoração é extremamente subjetiva e pode variar de pessoa para pessoa, de situação para situação, por isso se tem dito que a essência é menos importante que a aparência. Mas não se ignora que o temor pode ser de tal nível que cause uma perturbação da mente, impedindo completamente a livre determinação da vontade; pode a ameaça ser de tal forma aterradora e excluir totalmente a vontade, agindo como verdadeira coação irresistível. (...) O crime de ameaça consiste na promessa feita pelo sujeito ativo de um mal injusto e grave feita à alguém, **violando sua liberdade psíquica**. O mal ameaçado deve ser injusto e grave.*



*Se o “mal” for justo ou não for grave, não constituirá o crime. A ameaça é a violência moral ('vis compulsiva'), que tem a finalidade de perturbar a liberdade psíquica e a tranquilidade do ofendido por meio da intimidação. (...) **A ameaça para constituir o crime tem de ser idônea, séria e concreta, capaz de efetivamente impingir medo à vítima; quando a vítima não lhe dá crédito, falta-lhe potencialidade lesiva; não se configura o crime, consequentemente.***¹

Neste esteio, necessário absolver **Michel** da ameaça proferida contra a vítima *Izabel*. Inexistente no gesto dirigido à vítima qualquer potencialidade lesiva, resta atípica – e carente de relevância penal – a ameaça proferida.

6. Verifica-se a mesma atipicidade das condutas do apelante quanto à vítima *Fabio*.

Com efeito, consta dos autos Boletim de Ocorrência registrado por **Michel** em 23 de novembro de 2011, data prévia à da ameaça contida na denúncia, em que o apelante narra ocasião em que *Fabio*, acompanhado de três indivíduos e simulando portar arma de fogo, teria se dirigido à sua casa para ameaçar-lhe de morte – ameaça que foi

¹ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado**. Editora Saraiva. São Paulo, 2012. Pg. 698.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

confirmada pelos depoimentos judiciais das testemunhas defensivas *Daniela e Ismael* (mídia anexa, fls. 185).

Assim, existindo prévia ameaça de *Fabio* em relação ao ora réu **Michel**, forçoso concluir que as ameaças existentes entre ambos são suficientes para indicar que não passariam de bravatas mútuas – e, pelo menos a partir do que se verifica nestes autos, aparentemente iniciadas pela suposta vítima *Fabio*.

Impossível admitir-se, assim, ante à agressividade inicialmente demonstrada pela vítima, que o gesto de **Michel** no trânsito teria sido suficiente para lhe vulnerar a tranquilidade.

Assim, também quanto a esta imputação de ameaça deverá restar **Michel** absolvido, pela atipicidade da ameaça proferida.

7. Ante o exposto, deram provimento ao apelo para absolver o apelante **Michel Sylvestre** de ambas as imputações do artigo 147 do Código Penal, nos termos do artigo 386, inciso III do Código de Processo Penal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Márcio Bartoli

Relator Sorteado